

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

O Estado de São Paulo

Class.:

65

Data:

13.03.79

Pg.:

ESP 13.03.79 Ameaçados, índios reagem

A política indigenista aplicada nos últimos cinco anos esbarrou em dois fatos concretos que causaram grande polêmica no meio indigenista: em primeiro lugar, a quase obstinação do ministro do Interior, Rangel Reis, de emancipar, até o final do governo Geisel, a primeira comunidade indígena brasileira. A iniciativa foi bombardeada por antropólogos, sertanistas, missionários e até, discretamente, pela própria Funai. Depois de várias investidas e recuos, o projeto de emancipação, que chegou a ser encaminhado ao presidente Geisel, acabou engavetado pelo atual governo, embora os partidários da rápida emancipação do índio não tenham reconsiderado suas posições, como é o caso do ministro Rangel Reis.

A expectativa em torno do projeto da emancipação continua presente, especialmente pelo fato de que o novo presidente da Funai, Ademar Ribeiro da Silva, atual diretor do DNER, ainda há pouco elogiou, os rumos da política indigenista.

O segundo foco de fricção na política indigenista nesse governo motivado pela reação do índio à invasão de suas terras e espoliação de seu patrimônio. Esta reação indígena foi encarada como uma espécie de divisor de águas no meio indigenista, pois enquanto alguns

passaram a sustentar o direito dos próprios índios defenderem seu patrimônio e reivindicar seus direitos, o governo e origens indigenistas preferiram considerar essas manifestações com reflexo de manipulações de determinados grupos, representados principalmente por missionários e antropólogos, como foi o caso do Parque Nacional do Xingu.

Essa reação dos índios originou conflitos em diversos pontos do País entre indígenas e os ocupantes ilegais de suas terras, como ocorreu em Nonoai, no Rio Grande do Sul e em Rio das Cobras, no Paraná. Nesses atritos no Sul do País, até o Exército chegou a ser convocado, pois temia-se uma espécie de coligação indígena, que chegou a ser esperada no conflito recente envolvendo índios Xavantes na reserva de Couto Magalhães, no Mato Grosso.

Embora o presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, não tenha conseguido cumprir dentro do prazo a demarcação de todas as terras indígenas do País, que terminou em dezembro do ano passado, muitas áreas chegaram a ser demarcadas, ou pelo menos delimitadas durante o atual governo. Uma dessas áreas foi o Parque Nacional do Xingu, que está ameaçado por um verdadeiro cinturão de agropecuárias que se

instalaram próximo aos seus limites. Na sua parte Norte, inclusive, duas fazendas chegaram a invadir terras do Parque, na região cortada pelo rio Sulá Missu. Ficou pendente, no entanto, a situação de várias áreas indígenas do Nordeste, algumas com verdadeiras cidades encravadas próximas às aldeias, como ocorre em Bahia da Traição e outras, como a reserva Parakanã no Pará que será parcialmente atingida pelas águas da hidrelétrica de Tucuruí.

Durante este governo, houve também perseguição a alguns antropólogos estrangeiros que trabalhavam em áreas consideradas como de segurança nacional, e foram afastados de suas funções os missionários do Summer Institute of Linguistic, acusados oficialmente, de estarem explorando ilegalmente minério na Amazônia, e, oficialmente, de pretenderem catequizar os índios e não apenas desenvolver trabalhos no campo da linguística. Em relação aos antropólogos estrangeiros, entre eles Peter Silverwood, Kennety Taylor e David Price, que trabalhavam junto aos Maku, Ianomani e Nhamlikwara, há suspeitas de que estavam levantando incômodas denúncias de exploração dessas comunidades.

E.R.

ESP 13.03.79